

A Contribuição de Estados Unidos e Cuba para a Desestabilização do Governo Allende

*Gusthavo Lemos
Carolina Zamperlini Santos
Estudantes do Curso de História
Departamento de Artes e Humanidades -UFV*

Resumo: Este artigo propõe um breve debate acerca do papel de duas forças externas, Estados Unidos e Cuba, na desestruturação do governo socialista chileno, encabeçado por Salvador Allende. Os Estados Unidos vivenciavam a Guerra Fria. A ascensão de um governo socialista na América Latina, área de influência política e econômica dos EUA, representava uma ameaça ao seu poder. Na perspectiva cubana, o socialismo de Allende também era ameaçador: a ascensão do socialismo por vias institucionais legais contestava a via violenta ao socialismo, fundamento do regime cubano.

Palavras-chave: socialismo chileno; Estados Unidos; Cuba.

Abstract: This article proposes a brief discussion about the role of two external forces, the United States and Cuba, in the destruction of Chilean socialist government, headed by Salvador Allende. The United States were going through the Cold War. The rise of a socialist government in Latin America, area of political and economic influence of the United States, represented a threat to his power. In the Cuban's point of view the Allende's socialism was also a threatening: the rise of socialism by institutional ways contest the violent path to socialism, foundation of Cuban's political system.

Key-word: Chilean socialism; United States; Cuba.

“Que eles [os Estados Unidos] saibam, escutem e gravem profundamente na memória: defenderei esta revolução chilena e defenderei o governo popular, porque foi esse o mandato que o povo me concedeu. Não tenho outra alternativa. Só me crivando de balas poderão impedir minha vontade de cumprir o programa do povo. Digo-lhes com calma: não tenho estofo de Messias. Não tenho inclinação a ser mártir. Sou um lutador social que cumpre uma tarefa, a tarefa que o povo me deu. Mas que entendam bem os que querem retroagir a história e desconhecer a vontade majoritária do Chile: embora não tenho a carne do mártir, não darei um passo atrás” (ALLENDE, 1983. p.73-74).



Salvador Allende, em discurso.

I - Introdução:

Após uma altercada eleição presidencial, em 1970, Salvador Allende, candidato da Unidade Popular, ascende ao poder. O plano governamental de Allende tinha como base a implantação do socialismo por vias institucionais, numa tentativa inédita na história de fazer coexistir a democracia e o socialismo. Denominou-se *via chilena ao socialismo* o projeto político encabeçado por Salvador Allende.

Seu governo durou três anos, compreendido entre 1970 a 1973. Em meio à turbulência política causada principalmente pela direita e por seus colaterais, a fim de obliterar o avanço do socialismo no país, Allende estabeleceu (por vezes indiretamente) medidas de cunho revolucionário legalista, baseadas majoritariamente na expropriação e nacionalização de empresas privadas, denotando, assim, o papel do Estado como agente responsável pela socialização dos bens de produção (cf. AGGIO, 2002).

A conjuntura política, econômica e social que envolvia o governo de Allende constituíam uma complexa rede de interesses e ideologias - composta por diversos atores políticos - que transpunha as fronteiras chilenas e encontrava forças externas capazes de influenciar, não exclusivamente, o destino do governo da Unidade Popular.

Tendo isto em vista, este artigo tem por objetivo tratar do papel de tais forças externas, mais especificamente, dos Estados Unidos e de Cuba, no cenário político chileno.

A fim de oferecer uma melhor compreensão do tema a ser tratado, divide-se o trabalho em três partes: a primeira é referente ao papel desempenhado pelos Estados Unidos no cenário político chileno do período do governo de Allende; a segunda, diz respeito à atuação e influência de Fidel Castro, representante do paradigma de revolução socialista na América Latina (AGGIO, 2003, 151-166), no governo socialista da Unidade Popular; e, por fim, a conclusão.

II – A Intervenção norte-americana no Chile: imperialismo e guerra fria

Desestabilização e ruína do governo: esses eram os objetivos do intervencionismo promovido pelos Estados Unidos durante o período em que Allende foi presidente do Chile. Para compreender esta atitude é necessário estar ciente tanto do contexto político chileno e mundial, quanto da história da interposição das diligências político-econômicas norte-americanas no Chile.

A intervenção político-econômica dos Estados Unidos no Chile remonta às primeiras décadas do século XX. Remete, mais pontualmente, à primeira guerra Mundial, que, como afirmam Elgueta e Chelén, “produziu uma debilitação do imperialismo inglês [até então fortemente atuante na América Latina, inclusive no Chile] e o auge do imperialismo norte-americano, alterando desse modo o centro de poder capitalista mundial (...)” (ELGUETA, CHELÉN, p.231).

Nestas circunstâncias, abriram-se as portas da América Latina para a penetração do imperialismo ianque. Já no período da Primeira Guerra as maiores explorações do Chile – salitre, ferro e cobre, bem como as empresas de eletricidade, telefone e transporte são controladas por consórcios norte-americanos (Cf. Idem, p. 232).

Na década seguinte, assumiu o poder no Chile o general Carlos Ibáñez, instaurando um período de quatro anos de ditadura (1927-1931). Durante o governo do general Ibáñez reforçaram-se os laços de dependência chilena em relação aos Estados Unidos, uma vez que este consolidou seu domínio sobre o cobre, maior riqueza natural daquele. Para tanto, penetraram no país diversas empresas estrangeiras multinacionais, como exemplo a Braden Copper Co., Kennekott Copper Co., Chile Exploration Co., e, por fim, a Andes Mining Copper Co. (estas duas filiais da Anaconda), como citam os autores (Idem, p. 236). Segundo afirmam os mesmos, estas sufocaram e destruíram a produção de minérios das empresas nacionais chilenas.

Em 1938, vence as eleições chilenas a Frente Popular, primeiro partido de esquerda que ascendeu ao poder no Chile, tornando Pedro Aguirre Cerda novo presidente, sucessor de Arturo Alessandri. Baseando-se em Aggio e em Elgueta e Chelén pode-se dizer que - apesar da Frente Popular criar empresas estatais e dar voz às classes trabalhadoras, proporcionando-lhes desenvolvimento organizacional, na medida em que se criaram bases para a constituição de sindicatos (Idem, p. 241) - o governo de Aguirre

Cerda não significou a elevação de um novo setor social ao poder, pois no âmbito da representação parlamentar conservara-se o predomínio das forças de direita chilenas (AGGIO, 2002, p. 73). Esse fato implica numa incapacidade da Frente Popular em renovar o programa governamental, isto é, “o programa da Frente Popular não foi outra coisa que o programa da burguesia dependente” (ELGUETA, CHELÉN, op. cit. p.242). Desse modo, mantiveram-se, mais uma vez, as riquezas básicas chilenas sob o domínio dos consórcios norte-americanos.

Após a Frente Popular, vale mencionar aqui o governo da Democracia Cristã (1964-1970), encabeçado por Eduardo Frei. O mandato de Frei propôs reformas de caráter moderado, apoiadas na perspectiva desenvolvimentista elaborada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL (cf. AGGIO, Alberto. op.cit. p.97). O seu programa, segundo Aggio,

“voltava-se para a realização de reformas estruturais, tais como as reformas agrária, bancária e urbana, a “chilenização” do cobre, o estímulo à industrialização, a redistribuição da renda e a integração social através da organização dos setores populares” (Ibidem, p.99).

Contudo, tais medidas foram tomadas sem que fossem quebrados os laços com o imperialismo norte-americano. Pelo contrário, o governo da Democracia Cristã foi uma estratégia da aliança entre o capital imperialista e o capital nacional industrial a fim de deter uma revolução social. Desta forma, a reforma agrária e a nacionalização de empresas não carregam a insígnia de uma reforma social, mas de um jogo político empreendido pelas classes burguesas, no qual a mudança se constituía em deslocar os investimentos norte-americanos da atividade mineradora para as indústrias manufatureiras e, coerentemente, ampliar o mercado interno “para o produto das novas indústrias, mediante a reforma agrária, a organização camponesa e o melhoramento do nível de suas receitas” (ELGUETA, CHELÉN, op. cit. p. 246-247). Assim, seguindo a linha de raciocínio de Elgueta e Chelén: “*Chile era ao assumir o governo da Unidade Popular, presidido por Salvador Allende, um país capitalista dependente do imperialismo norte-americano, dominado por setores da burguesia estruturalmente ligados ao capital estrangeiro*” (Idem, p. 249).

A vitória da Unidade Popular nas eleições de 1970 foi um choque tanto para a oposição - principalmente para a direita chilena - quanto para os próprios partidários. Na

realidade, o projeto de implantação do socialismo por meios institucionais legais não era tão cristalino, ou melhor, não estava lapidado, e ao seu redor giravam idéias dos próprios membros do Partido que o questionava, marcando fortes dissidências intra-partidárias (cf. AGGIO, op.cit. 153). De qualquer forma, principalmente nos dois primeiros anos de governo, a Unidade Popular fez frutificar as medidas reformistas. Seu projeto era baseado na socialização das riquezas nacionais, garantindo, destarte, poder e melhores condições de vida aos trabalhadores chilenos. Pode-se afirmar que o governo de Allende

“cumpriu todas as tarefas que supõe a revolução democrático-burguesa. Em um prazo breve, nacionalizou suas riquezas básicas, (...), sem indenização; expropriou em alguns casos, intimou e interveio em outros, as mais importantes empresas industriais monopólicas (...); desapossou a oligarquia latifundiária, constituindo centros de reforma agrária – (...) – ou centros de produção ou grandes fazendas ...” (ELGUETA, CHELÉN, op. cit. p.267).

De fato, as referidas medidas - nem sempre em consenso com a ideologia do partido, fundada na concepção de estabelecimento do socialismo por vias institucionais - foram postas em prática de modo mais intenso de que em qualquer outro governo que houvera proposto medidas de cunho social, como foi o caso do governo da Frente Popular. É oportuno notar, que, segundo Alberto Aggio, foi com a vitória da Frente Popular nas eleições de 1938 que teve início o processo de edificação da democracia chilena, bloqueada em 1973, com a deposição de Salvador Allende (AGGIO, 2002, p.73). Apenas mais tarde, a Democracia Cristã, encabeçado por Eduardo Frei, antecessor de Allende conseguiu propor medidas voltadas para a questão social.

Para a fluidez do objetivo da Unidade Popular, como pôde ser percebido, foi necessário aniquilar qualquer forma de dependência imperialista, bem como acabar com o predomínio das burguesias latifundiária e industrial financeira (Idem, p. 266).

O descontentamento dos Estados Unidos rapidamente se fez notar e, mais do que isso, contribuiu para a ruína do governo Allende. Soma-se a esta situação, o fato de que o mundo,

“vivia ainda à sombra da ‘Teoria do Dominó’, do Secretário de Estado norte-americano no governo de Eisenhower, Foster Dulles, que pregava a necessidade de proteger os interesses americanos nos países de sua área de influência, a fim de se evitar o risco da difusão do socialismo” (ARAÚJO, op.cit. p.3).

Com isso, a política internacional norte-americana deixou transparecer as considerações estratégicas que se camuflavam entre os interesses econômicos. Ao contrário do que habitualmente faziam, os Estados Unidos aplicaram um estilo conspirativo, a fim de derrubar o governo de Allende, baseado na coação e no financiamento da corrupção (cf. *Ibidem*, p. 275), “fincando todo tipo de ação social desestabilizadora”. Podemos citar, entre outras sabotagens e retaliações, a greve dos caminhoneiros de 1972, a manipulação dos meios de comunicação chilenos, a ocorrência de atentados, atribuídos à esquerda (ARAÚJO, *op.cit.* p.2).

Fonte: <http://newsing.bbc.co.uk>

Allende (ao centro) busca refúgio no Palacio de La Moneda. Na ocasião, forças militares chilenas lideradas por Pinochet atacam a capital Santiago. A ação revoltosa do exército chileno foi um dos investimentos norte-americanos contra o governo de Allende.

Visto o relativo êxito do projeto socialista da Unidade Popular, torna-se perceptível a dupla preocupação dos Estados Unidos: por um lado, o imperialismo norte-americano que, há muito, atuava com vigor no Chile se viu em xeque diante das medidas da Unidade Popular; por outro lado, não era favorável aos EUA que, em plena guerra fria, uma nação, outrora economicamente submissa ao seu imperialismo, fosse governada por um partido que queria promover uma revolução socialista. O perigo disto, do ponto de vista dos EUA, transcende os limites do Chile e acarreta, pois, a possibilidade de expansão da ideologia socialista pela América Latina (É o que se pode verificar na expressão de Henry Kissinger, secretário de Estado dos EUA na década de 70: o Chile “era um vírus que poderia infectar a região”. Ou ainda, parafraseando Aggio, no risco da edificação de uma “nova Cuba” (AGGIO, 2007, p. 90).

III - A visita de Fidel ao Chile e a crítica à via pacífica

“Os chilenos agora sabem que não existe outro caminho”(CASTRO apud. AGGIO, 2003, 151-166). Essa frase foi pronunciada por Fidel Castro após o fim do governo da Unidade Popular e da morte de Salvador Allende. Tal frase é muito representativa de qual era o posicionamento do líder cubano acerca da *via chilena ao socialismo*.

A experiência chilena, ao contrário da cubana, visava “construir o socialismo mediante a manutenção e o aprofundamento da democracia” (AGGIO, 2007, p.86). Com a vitória de Allende em 1970, colocava-se em xeque o grande paradigma revolucionário latino-americano. Não existia mais apenas a via radical cubana, mas também a via pacífica chilena.



Fonte: www.gemmarocarotenuto.it

Encontro diplomático entre Fidel Castro e Allende quando da visita daquele ao Chile, em 1971.

Na realidade, essa visita deixou de lado qualquer caráter diplomático. No Chile, Fidel promoveu discursos que foram extremamente provocadores. Suas críticas se direcionaram tanto para o governo de Allende quanto para os setores de oposição, como a Democracia Cristã e o Partido Nacional. Para Aggio, esses foram fatores que

contribuíram para a desestabilização do governo de Allende, que nesse período, há de se assinalar, não apresentava “fraturas insanáveis no seu sistema político que impedisse a convivência democrática” (Ibidem, p. 157). Dessa forma, a visita de Castro acirrou as divergências políticas no seio dos partidos de esquerda e a disputa política entre estes e a direita chilena. Aggio expõe que

“a visita de Fidel, portanto, atuou no sentido de favorecer o desaparecimento de qualquer ‘vontade negociadora’ entre as forças políticas, com o conseqüente e gradual estabelecimento de uma ‘vontade de extermínio’ que mais tarde acabaria por se impor” (Idem, p.163).

Existiam setores da esquerda chilena que eram críticos contundentes do projeto de via pacífica ao socialismo. Esses setores, representados pelo Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR), parcelas do partido socialista e pelo Movimento de Acción Popular Unitária (MAPU), eram estreitamente influenciados pela Revolução Cubana. Para eles, o governo deveria abandonar a estratégia pacífica e aderir ao pólo revolucionário para, desse modo, ser capaz de contestar o poder burguês (AGGIO, 2007, p. 87). Vê-se, portanto, que as expectativas dos setores da esquerda confluíam em direção aos ideais cubanos.

Fidel Castro asseverava que as atitudes do governo da Unidade Popular não passavam de reacionárias e enganosas, pois segundo ele, não seria possível chegar ao socialismo através dos “... cânones legais e constitucionais, mediante as próprias leis estabelecidas pela sociedade ou pelo sistema reacionário, mediante o mesmo mecanismo, mediante as mesmas formas que os exploradores criaram para manter sua dominação de classe” (CASTRO, Fidel. apud. AGGIO, 2003. p. 162).

Tendo isso em vista, Aggio argumenta que essas declarações de Fidel Castro corroboraram para aumentar cada vez mais o fosso existente entre os diversos setores da esquerda chilena.

No que diz respeito à direita chilena, Fidel acusava-a de ser um adversário fascista, e como “fascista atua para matar (...) os revolucionários deveriam se preparar para o enfrentamento inevitável com esse inimigo no seu próprio terreno: o terreno das armas” (Idem, p. 157). Assim, Fidel, negando qualquer possibilidade de negociação, definia quem era o inimigo da revolução chilena: a direita.

“A despeito dos conflitos políticos que certamente existiam, não se pode dizer, de forma alguma, que as possibilidades de negociação já estavam canceladas e que fora da esquerda havia somente ações fascistas e terroristas contra o governo” (AGGIO, op.cit. p 162).

Essas declarações demonstram, indubitavelmente, que Fidel se posicionou no Chile como um ator político, que, de certa forma, contribuiu para os caminhos que o país viria a seguir a partir de sua visita. A este respeito, Aggio argumenta: “... se não se pode atribuir à visita de Fidel toda a confrontação que mais tarde iria se estabelecer no Chile, também não se pode isentar integralmente o dirigente cubano de uma certa responsabilidade quanto à situação que se impôs” (Idem, p.151).

Após a viagem de Fidel ao Chile, o clima de polarização e radicalização se acentuou, o que pode ser demonstrado pela primeira batalha campal entre a direita e a esquerda chilenas, uma iniciativa política radical regida pela direita, a qual ocupou as ruas de Santiago em primeiro de dezembro. A batalha foi denominada “passeata das panelas vazias” (cf. Ibidem, p.151). Allende declarou estado de emergência, ao passo que Fidel anunciou que essa era uma atitude muito branda e que a “... UP não deveria se preocupar com a possibilidade de mortos e feridos, já que a confrontação é o verdadeiro caminho para a revolução” (Idem, p. 163).

Após a visita de Fidel, Chile não era mais o mesmo: ressoava com veemência, ali, os discursos radicalizadores do líder cubano, de modo que possibilitou a formação de pólos propensos à catástrofe. Destarte, o ano de 1971, no qual até então o governo da Unidade Popular prosperava sem consideráveis obstáculos, encerrava-se com “presságios nada animadores para aquilo que se imaginava como uma via democrática ao socialismo” (Ibidem, p.163-164).

IV -Conclusão:

Pode-se inferir, a partir da análise acima apresentada, que a participação destes dois países na vida política chilena é elucidativa de dois extremos de interesses e ideologias que giram em torno da problemática da implantação do socialismo, desembocando, ambos, num posicionamento crítico em relação à política de Allende. Se por um lado os Estados Unidos lançava seus ataques ao Chile em virtude de sua oposição ao sistema socialista e em defesa de sua área de influência imperialista, por outro, Cuba, ou melhor, Fidel Castro, o fazia por não crer na via pacífica como um meio de fundamentar o socialismo.

Como foi visto Fidel Castro, já em 1971, contribuiu para a desestabilização da conjuntura política chilena, que até então, apesar das diferenças políticas, não havia vivido ainda um quadro de radicalização.

Por sua vez, os Estados Unidos intervieram de forma contundente. Primeiro, dissimulados assaltos: boicotes, manipulações; depois – nos tempos finais do governo de Allende - ataques aéreos ligados à violentas ações conspirativas do Exército, apoiado pelos norte-americanos. Inevitavelmente, Allende foi morto e a Unidade Popular deposta.

Referências Bibliográficas

AGGIO, Alberto. *A Esquerda brasileira vai ao Chile*. História Viva. n° 42, abr. 2007.p. 90.

AGGIO, Alberto. *Democracia e Socialismo: a experiência chilena*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2002. v. 1. 184 p.

AGGIO, Alberto. *Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende*. História. São Paulo, 22(2): 2003, 151-166.

ALLENDE, Salvador Gossens, apud. ALEGRÍA, Fernando. *Salvador Allende*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. 104 p.

CASTRO, Fidel. apud. AGGIO, Alberto. *Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende*. História. São Paulo, 22(2): 2003, 151-166.

ELGUETA, Belarmino B., CHELÉN, Alejandro R. *Breve História de medio siglo en Chile*. *America Latina: historia de medio siglo*. Mexico: Siglo XXI, 1977, vol. 1.